



**GEDES**

Grupo de Estudos de Defesa e  
Segurança Internacional

## OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

**INFORME BRASIL Nº28/2025**

Período: 09/08/2025 a 15/08/2025

**GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ**

- 1- Trama golpista I: coronel do Exército apontou que golpismo dos militares foi resultante do desejo de Bolsonaro de permanecer no poder após derrota eleitoral
- 2- Trama golpista II: defesa de Bolsonaro negou golpe e alegou que ex-presidente agiu a favor da transição de governo
- 3- Trama golpista III: em alegação final, defesa de militares que participaram do primeiro escalão do governo Bolsonaro criticou parcialidade do julgamento
- 4- Trama golpista IV: militares afirmaram que ex-presidente Jair Bolsonaro pediu monitoramento do ministro Alexandre de Moraes
- 5- Trama golpista V: general ex-ministro de Bolsonaro criticou Eduardo Bolsonaro por influenciar taxações impostas pelos EUA ao Brasil
- 6- Universidade de São Paulo realizou diplomação póstuma a dois estudantes assassinados pela ditadura militar

1- Trama golpista I: coronel do Exército apontou que golpismo dos militares foi resultante do desejo de Bolsonaro de permanecer no poder após derrota eleitoral  
Em reportagem, o periódico *O Estado de S. Paulo* noticiou a divulgação de mensagens e documentos relatando a articulação golpista ocorrida após a derrota de Jair Bolsonaro nas eleições de 2022, encontrados pela Polícia Federal no celular do coronel da reserva Flávio Peregrino, assessor do ex-ministro da Defesa, general Walter Braga Netto. Em anotações e mensagens a si mesmo, o coronel rejeitou a versão da defesa de Bolsonaro de que planos golpistas partiram dos militares, afirmando que todas as suas ações tinham como objetivo viabilizar a vontade do ex-presidente de continuar no poder. No documento “Ideias gerais da defesa”, de 28 de novembro de 2024, Peregrino criticou como oportunista e ingrata a tentativa de Bolsonaro de se apresentar como alvo de um golpe militar, além de condenar a conivência dos militares ao tolerar os acampamentos golpistas. (*O Estado de S. Paulo* - Política - 11/08/25)

2- Trama golpista II: defesa de Bolsonaro negou golpe e alegou que ex-presidente agiu a favor da transição de governo

O periódico *Folha de S. Paulo* noticiou que a defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro afirmou que a acusação da Procuradoria-Geral da República (PGR) de que ele liderou uma tentativa de golpe de Estado é absurda. Em documento enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF), os advogados afirmam que não há

provas contra Bolsonaro e que a denúncia mistura fatos para forçar uma condenação. A equipe jurídica sustenta que Bolsonaro agiu para garantir a transição de governo após as eleições de 2022, tentando evitar conflitos como os bloqueios de caminhoneiros, e que ele nunca planejou reverter o resultado eleitoral. Segundo a defesa, as supostas “minutas golpistas” nunca foram encontradas, apesar da apreensão de muitos celulares e computadores, e que tais minutas foram mencionadas apenas por Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro e delator no processo. Eles afirmaram ainda que Bolsonaro discutia com os militares apenas formas de evitar o caos nas estradas, como uma eventual operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), e nunca falou em golpe. Caso alguma minuta tenha sido elaborada, seria apenas um estudo teórico, o que, segundo eles, não configura crime. A defesa também questionou a validade da delação de Mauro Cid, sugerindo que ele foi pressionado pela Polícia Federal e pelo ministro Alexandre de Moraes a colaborar, comparando o caso à Operação Lava Jato. Já a PGR acusa Bolsonaro de liderar uma organização criminosa que tentou romper com a ordem democrática após perder as eleições para Luiz Inácio Lula da Silva. O procurador-geral Paulo Gonet pediu que Bolsonaro seja condenado por cinco crimes, incluindo tentativa de golpe, abolição do Estado democrático de direito e associação criminosa. Segundo a denúncia, o plano começou ainda em 2021 e envolveu articulações com militares, discursos contra as urnas eletrônicas e uso da estrutura do governo para desacreditar o sistema eleitoral. Já o periódico *O Estado de S. Paulo* informou que nas alegações finais apresentadas ao STF, Bolsonaro alegou estar sendo vítima de um massacre midiático e pediu um julgamento imparcial. Ele negou envolvimento em qualquer plano golpista e afirmou que não há provas contra ele, pedindo a anulação da delação de Mauro Cid. A defesa diz que Bolsonaro apenas atuou para garantir a transição de governo e evitar o caos com caminhoneiros após a eleição de 2022. Os advogados também argumentam que, mesmo se as acusações fossem verdadeiras, se tratariam apenas de atos preparatórios — o que, segundo eles, não é crime. Apontam ainda cerceamento de defesa e contradições nas acusações da PGR, como o fato de Bolsonaro ser responsabilizado tanto por uma suposta minuta de prisão de Moraes quanto por um plano de assassinato do ministro. Bolsonaro responde por cinco crimes que, somados, podem levar a até 43 anos de prisão. Além dele, generais e ex-ministros também pediram absolvição, alegando falta de provas ou desvinculação dos fatos investigados. (Folha de S. Paulo - Política - 14/08/2025; O Estado de S. Paulo – Política – 14/08/25)

### 3- Trama golpista III: em alegação final, defesa de militares que participaram do primeiro escalão do governo Bolsonaro criticou parcialidade do julgamento

Reportagem publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* noticiou que nas alegações finais apresentadas ao Supremo Tribunal Federal (STF), as defesas de militares e aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro negaram envolvimento em qualquer tentativa de golpe após as eleições de 2022 e criticaram duramente a acusação da Procuradoria-Geral da República (PGR). Os advogados do general da reserva Walter Braga Netto afirmaram que a denúncia é baseada em uma narrativa fantasiosa, sem provas concretas, e apontaram parcialidade do ministro do STF Alexandre de Moraes, relator do processo, por ser supostamente uma das vítimas dos atos investigados. Segundo eles, Moraes

não poderia julgar o caso com imparcialidade. A defesa de Braga Netto também questionou a credibilidade do delator Mauro Cid, acusando-o de mudar sua versão dos fatos sob pressão e de fazer declarações que não são sustentadas por evidências. Anderson Torres, ex-ministro da Justiça, também negou envolvimento nos ataques de 8 de janeiro de 2023. Seus advogados alegam que, à frente da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, ele não tinha autoridade para comandar diretamente a Polícia Militar. A minuta golpista encontrada em sua casa, segundo a defesa, não foi discutida nem repassada a ninguém, e sua simples posse não representa crime. Eles argumentam que ele jamais praticou atos para executar ou preparar um golpe e que apenas cogitar algo assim não é punível pelo Código Penal. A defesa do general Augusto Heleno, ex-ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional do governo de Bolsonaro, também afirmou que não existem provas que sustentem sua participação em qualquer plano golpista. Segundo seus advogados, Heleno foi incluído na denúncia apenas por estar em posição de destaque no governo e por sua proximidade anterior com Bolsonaro, mas se afastou das decisões políticas na reta final da gestão e não participou de reuniões sobre as chamadas "minutas do golpe". Já Alexandre Ramagem, deputado federal e ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), argumentou que os documentos encontrados com ele contendo críticas às urnas eletrônicas eram apenas de uso pessoal e refletiam opiniões já expressas por Bolsonaro publicamente desde antes de seu mandato. Assim, não haveria qualquer ato criminoso em reiterar essas ideias. Por fim, a defesa do ex-ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira, afirmou que ele atuou de forma contrária a qualquer tentativa de ruptura democrática. Segundo seus advogados, ele aconselhou o ex-presidente a aceitar o resultado das eleições e não participou de qualquer articulação golpista. O jornal *O Estado de S. Paulo* também noticiou que nas alegações finais entregues ao STF, os generais Walter Braga Netto, Augusto Heleno e Paulo Sérgio Nogueira negaram envolvimento em qualquer plano golpista e pediram absolvição. Eles também alegaram que o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, é parcial e que o processo contém nulidades. Segundo o *Estadão*, o general Augusto Heleno negou participação e, pediu, caso seja condenado, que seja considerada sua "menor relevância" no governo, apontando que perdeu influência a partir do segundo ano da gestão Bolsonaro. (Folha de S. Paulo – Política – 14/08/25; O Estado de S. Paulo - Política - 14/08/25)

#### 4- Trama golpista IV: militares afirmaram que ex-presidente Jair Bolsonaro pediu monitoramento do ministro Alexandre de Moraes

Segundo os periódicos *Folha de S. Paulo* e *Correio Braziliense*, a defesa do coronel da reserva Marcelo Câmara confirmou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que Jair Bolsonaro pediu diretamente o monitoramento do ministro Alexandre de Moraes no fim de dezembro de 2022. O ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, tenente-coronel Mauro Cid também afirmou, em acareação, que o pedido partiu do ex-presidente, que suspeitava de encontros entre Moraes e o então vice-presidente Hamilton Mourão. Câmara negou ter feito qualquer monitoramento ilegal e disse que apenas respondia a perguntas com base em informações públicas. Ele também afirmou desconhecer o plano "Punhal Verde e Amarelo", que, segundo a Procuradoria Geral da República (PGR), envolvia o assassinato de autoridades, e a "minuta do golpe", suposto documento para

justificar a não aceitação do resultado das eleições. A PGR acusa Câmara de integrar o “núcleo de inteligência paralela” do plano golpista, que teria monitorado autoridades para viabilizar prisões caso o golpe fosse executado. Ele foi preso em fevereiro de 2024, solto em maio do mesmo ano com restrições e voltou à cadeia em junho de 2025 após seu advogado tentar anular a delação de Mauro Cid. Tanto Câmara quanto Cid são réus na ação penal sobre a tentativa de golpe. O *Correio* ainda reiterou que o STF encerrou o prazo para os réus do núcleo central, incluindo Bolsonaro e seus principais aliados, apresentarem suas alegações finais. O julgamento será realizado pela Primeira Turma do STF, com data a ser definida pelo ministro Cristiano Zanin. (*Correio Braziliense* - Política - 14/08/25; *Folha de S. Paulo* - Política - 14/08/25)

#### 5- Trama golpista V: general ex-ministro de Bolsonaro criticou Eduardo Bolsonaro por influenciar taxações impostas pelos EUA ao Brasil

Reportagem publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou que as recentes sanções aplicadas pelo governo estadunidense de Donald Trump ao ministro Alexandre de Moraes levaram o Supremo Tribunal Federal (STF) a considerar um possível adiantamento do julgamento de Jair Bolsonaro no caso da tentativa de golpe. Fontes jurídicas próximas à Corte afirmam que a decisão pode sair até o fim de agosto de 2025, antecipando-se à previsão anterior de setembro de 2025. O prazo para a defesa apresentar suas alegações finais começou em 30 de julho e se encerra em 13 de agosto, o que permite que o julgamento ocorra entre os dias 20 e 29. Nos bastidores, havia receio de encerrar o julgamento antes de 7 de setembro, data que poderia mobilizar manifestações por ser o feriado de Independência do Brasil. No entanto, dois fatores mudaram esse cenário: a necessidade de responder à sanção imposta a Moraes com base na Lei Magnitsky e a resposta eficiente das forças de segurança do Distrito Federal, que dispersaram manifestantes bolsonaristas recentemente, reduzindo temores de distúrbios. Enquanto isso, o general Carlos Alberto dos Santos Cruz, ex-ministro de Bolsonaro, criticou duramente Eduardo Bolsonaro, acusando-o de agir de forma fantasiosa e sem legitimidade ao tentar influenciar decisões dos EUA contra o Brasil. Ele também cobrou ações do Congresso Nacional e do STF contra o deputado. Santos Cruz lamentou ainda o envolvimento de militares na tentativa de golpe, classificando a situação como uma tragédia pessoal, embora sem impacto institucional. (*O Estado de S. Paulo* - Política - 14/08/25)

#### 6- Universidade de São Paulo realizou diplomação póstuma a dois estudantes assassinados pela ditadura militar

O jornal *Folha de S. Paulo* reportou que a Universidade de São Paulo (USP) fez diplomação póstuma a dois alunos mortos durante a ditadura militar (1964-1985). Arno Preis e João Leonardo Rocha, ambos militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN), foram homenageados como parte do projeto Diplomação da Resistência. (*Folha de S. Paulo* - Política - 12/08/25)

### **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

## **Equipe**

### **Coordenação**

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

### **Supervisão**

Isabelle Costa

### **Equipe redação**

Camila Mika Ozassa Sawada

Éryka Sammara Carnieletto Bento

Iaritsa Jade Lima Freitas

Isadora Helena Caleguer Figueiredo

Julia Helena Esmeraldo

Letícia Pereira de Lima

Lucas Biagini Muniz e Borges

Manuela Zelira de Menezes Torres

Maria Luiza de Barros Costacurta

Maria Luiza Garcia Rabelo

Mariana Sala